ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI COMPLEMENTAR N°. 3.550/2010

"Dispõe sobre a cobrança extrajudicial de débitos inscritos em Dívida Ativa, autorizando a Fazenda Pública Municipal a protestar as Certidões de Dívida Ativa, correspondentes aos créditos tributários e não-tributários do Município de Várzea Grande/MT e dá outras providências".

MURILO DOMINGOS, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Fazenda Pública Municipal autorizada a promover o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, por falta de pagamento dos créditos tributários e não-tributários do Município de Várzea Grande/MT.

Parágrafo único. A possibilidade de envio à protesto de que trata este artigo, destina-se regularização de débitos dos impostos, taxas, multas cominatórias de penalidade por infração à legislação fiscal do município, dentre outros débitos, devidos por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem domicílio fiscal no Município de Várzea Grande/MT.

Art. 2º. A cobrança administrativa de multas de competência municipal deverá ser realizada pela Secretaria de Fazenda.

Parágrafo único. Não obtendo êxito na cobrança administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para as providências cabíveis.

Art. 3°. As Certidões de Dívida Ativa de que tratam o art. 1° desta Lei, deste que não pagas nos prazos regulamentados, se darão na forma e para os fins previstos na Lei Federal n°. 9.492, de 10 de setembro de 1997, bem como na autorização dada pelo Provimento n°. 19/2007 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato. Grosso; e poderão ser levadas a protesto extrajudicial antes mesmo de interposta a respectiva ação de execução fiscal, mediante prévia notificação encaminhada ao devedor, por correio ou por edital publicado em jornal do município, caso não seja conhecido seu endereço.

§ 1°. Os efeitos do protesto alcançarão os responsáveis tributários nos termos do art. 135 do CTN.

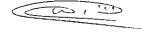
- § 2°. As providências tratadas nesta Lei não implicam óbices à execução dos créditos inscritos na dívida ativa, nos termos da Lei Federal n°. 6.830/80, nem as garantias previstas nos art. 183 a 193 da Lei Federal n°. 5.172/66.
- Art. 4º. Os pagamentos previstos nas tabelas de emolumentos somente serão devidos quando da quitação do débito correspondente à certidão de dívida ativa protestada.
- Art. 5°. Somente poderão ser inscritos em dívida ativa créditos tributários e não-tributários, cujos devedores sejam perfeitamente identificados, inclusive com a necessária indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, ambos do Ministério da Fazenda.
- Art. 6°. Os dados necessários para a inscrição em dívida ativa de créditos tributários e não-tributários do Município de Várzea Grande/MT, de suas Autarquias e Fundações Públicas, deverão ser encaminhados à Procuradoria Geral do Município pelos respectivos órgãos competentes, em até 180 (cento e oitenta) dias após vencido o prazo para pagamento fixado em ato normativo ou decisão final proferida em processo regular.
- § 1º. Ultrapassado o prazo fixado no *caput* deste artigo, o órgão competente adotará as providências para que os dados necessários sejam remetidos em prazo não inferior a 90 (*noventa*) dias do término do prazo de prescrição para a propositura da ação competente; hipótese em que o Procurador Geral do Município poderá requerer a apresentação de justificativas ao titular da Pasta a qual pertence o órgão ou está vinculada a Autarquia ou Fundação Pública.
- § 2°. Os prazos a que aludem este artigo terão sua contagem suspensa se houver algum causa de suspensão da exigibilidade do crédito constituído.
- Art. 7°. Fica autorizado o não ajuizamento das execuções fiscais de débitos com a Fazenda Pública Municipal cujos valores consolidados sejam iguais ou inferiores a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. Entende-se por valor consolidado, o resultante da atualização do respectivo débito originário mais os encargos e acréscimos legais ou contratuais vencidos, até a data da sua apuração.

Art. 8°. Fica inserido no art. 307 da Lei n°. 1.386/1994 os §§ 1° e 2°, com seguinte redação:

"Art. 307. (...)

- § 1°. A cobrança administrativa de multas de competência municipal deverá ser realizada pela Secretaria de Fazenda.
- § 2°. As Certidões de Dívida Ativa oriundas de multas impostas no exercício do poder de polícia a que esta lei faz referência e pão pagas nos prazos regulamentados, poderão ser levados a protesto extrajudicial,



nos termos da Lei Federal nº. 9.492/97, antes de interposta a respectiva ação de execução fiscal, mediante prévia notificação encaminhados ao devedor, por correio ou por edital publicado em jornal do município, caso não seja conhecido seu endereço".

- Art. 9°. O Poder Executivo poderá baixar atos regulamentares que se fizerem necessários à execução desta Lei.
- Art. 10. Os procedimentos previstos na presente lei poderão ser delegadas a terceiros nos termos da lei.
 - Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 12. Revogam as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande, 22 de dezembro de 2010.

MURILO DOMINGOS
Prefeito de Várzea Grande

